



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

TERCEIRIZAÇÃO EMPRESARIAL E A RECOMPOSIÇÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO DAS
REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE E SALVADOR NO PERÍODO 1995 A 2007

André Mourthé de Oliveira (PUC Minas) - demourthe@gmail.com

Professor Doutor em economia da PUC Minas

Terceirização Empresarial e a Recomposição dos Mercados de Trabalho das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador no Período 1995 a 2007

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o impacto do processo de terceirização das atividades econômicas sobre os mercados de trabalho metropolitanos de Belo Horizonte e Salvador, no período de 1995 a 2007. A opção pela terceirização decorreu de dois fatores: a) ampliação das desigualdades socioeconômicas; e b) potencial reconfiguração do mercado de trabalho, pois a terceirização articula uma parte do setor tradicional ao moderno, alterando, dessa forma, a clássica estrutura dual do mercado de trabalho urbano brasileiro (Dedecca, 1998, Oliveira, 2010). A metodologia propõe uma nova categorização das inserções no mercado de trabalho urbano: a) Grupo 1 (G1) – ocupações do setor moderno/formal, com predomínio do assalariamento nas relações de trabalho; b) Grupo 2 (G2) – ocupações do setor tradicional/informal articulado produtivamente com o G1; e c) Grupo 3 (G3) – ocupações do setor tradicional/informal, com o predomínio de trabalho não assalariado. A análise viabilizou o cruzamento dos três grupos com os setores de atividade econômica. Os principais resultados indicam que a terceirização não ampliou a desigualdade socioeconômica nos mercados de trabalho das duas metrópoles. Ressalta-se o forte crescimento do G1 do setor de serviços, significando uma importante “modernização” nesses dois mercados de trabalho.

Terceirização Empresarial e a Recomposição dos Mercados de Trabalho das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador no Período 1995 a 2007

Apresentação

A reestruturação produtiva, as novas tecnologias, as mudanças nas políticas econômicas, as novas estruturas regulacionais e relações de trabalho, entre outras, foram bastante analisadas nessas últimas décadas, e muito se correlacionou essas mudanças com uma maior polarização socioeconômica nos mercados de trabalho dos países em geral. O objetivo deste artigo é analisar o impacto do processo de terceirização empresarial sobre os mercados de trabalho metropolitanos de Belo Horizonte (RMBH) e Salvador (RMS). A escolha da terceirização decorreu de dois fatores básicos. O primeiro diz respeito à capacidade desse processo produzir maior heterogeneidade em termos socioeconômicos à medida que desloca parcelas de produção e emprego de empresas mais estruturadas para as menos estruturadas, resultando na redução não apenas dos salários de parcelas dos trabalhadores, mas também do acesso a garantias sociais tais como a carteira de trabalho assinada, entre outros. O segundo se explica pelo desigual processo de desenvolvimento brasileiro, fortemente pautado pela relação moderno e tradicional nos mercados de trabalho urbanos, onde o tradicional pouco se articulava ao moderno. Com a terceirização esse processo se tornou mais difuso, pois uma parcela do informal/tradicional realizou essa articulação (Oliveira, 2010).

A terceirização, no caso brasileiro, foi mais intensa nos anos 1990 como decorrência de múltiplos fatores, entre eles a estabilização inflacionária, maior abertura comercial e financeira, valorização cambial. Esse processo se iniciou no setor industrial e atingiu todos os demais, inclusive o público. As hipóteses que permeiam esse artigo são que a terceirização sinaliza uma maior heterogeneidade para o mercado de trabalho urbano, pois amplia a heterogeneidade na indústria e nos demais setores, além de ressaltar que a dicotômica relação desses mercados de trabalho se desfaz. A heterogeneidade aqui se refere à polarização da renda e acesso aos direitos trabalhistas.

A escolha das regiões metropolitanas justifica-se por algumas razões, entre elas o fato de serem espaços inseridos em duas grandes regiões (Sudeste e Nordeste) com diferentes estruturas produtivas, notadamente o maior peso relativo da indústria na região de Belo Horizonte e o de serviços em Salvador. Desde meados do século passado essas regiões tornaram-se áreas de atração de atividades e de migrantes, principalmente oriundos das áreas polarizadas por elas, migração essa que fortaleceu um grande exército de reserva de trabalho parcialmente inserido no setor tradicional não capitalista. No período mais

recente, com a adoção das políticas com orientação mais favorável ao mercado (abertura comercial, privatização, desregulamentação dos mercados, entre outras), essas regiões alteraram as estratégias de desenvolvimento e se lançaram de forma mais agressiva na guerra fiscal, com o intuito de se tornarem mais atrativas para a entrada de novos setores industriais e de serviços (Oliveira, 2010). Além disso, as duas metrópoles apresentaram um dinamismo econômico acima da média nacional e esse é mais um fator que favorece a análise do processo de terceirização viabilizado pelas empresas privadas e públicas, pois permite melhor inferir se a terceirização polariza ou não os mercados de trabalho metropolitanos em contextos dinâmicos.

Este artigo está organizado em duas seções, além dessa introdução. A primeira propõe uma metodologia a partir de uma construção de grupos ocupacionais e setores de atividades econômicas. A segunda analisa a matriz de inserção ocupacional com os setores de atividade econômica das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador no período 1995 a 2007, e nesta mesma seção são realizados os comentários finais.

1 Construção de uma metodologia a partir de grupos ocupacionais e setores de atividades econômicas

Nos anos 1990, vários processos econômicos e políticos afetaram profundamente a sociedade brasileira e a estruturação do mercado de trabalho no país. O fraco desempenho da economia, somado ao reordenamento da estrutura produtiva em vários segmentos e à perda de capacidade de expansão do emprego público, resultou na explosão do desemprego e na destruição de muitas das relações formais de emprego no território nacional, fragilizando ainda mais um mercado de trabalho caracterizado pela flexibilidade de contratação e uso do trabalho, pela alta rotatividade e por baixas remunerações da maior parte dos assalariados (Oliveira, 2010).

Como consequência das transformações econômicas dessa década, aprofunda-se o processo de informalização e de precarização das relações de trabalho, já que as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho ou de reemprego levam tanto à aceitação de contratos de trabalho mais precários, quanto à adoção de estratégias de sobrevivência, marcadas pela vulnerabilidade e pela ausência de proteção social, seja previdenciária, seja com relação a demissões ou acidentes de trabalho (Cacciamali, 2005). Simultaneamente, ocorre uma modificação na estrutura de absorção de mão-de-obra do país, pois o setor terciário passa a representar parcelas crescentes da oferta de postos de trabalho, em geral, com piores remunerações e mais precários comparativamente às ocupações do setor secundário.

Entretanto, mesmo se expandindo, o setor de serviços não esteve isento do processo de eliminação de postos de trabalho, como no caso da informatização das operações bancárias, que resultou em um grande número de demissões nesse ramo, o que significa dizer que o processo de inovação tecnológica atingiu a economia nacional em conjunto, mas teve efeitos diversos sobre cada um de seus subsetores.

A década de 1990, para a economia brasileira, pode ser considerada como a “década do desemprego”. As taxas de desemprego metropolitano se elevaram significativamente tanto para a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, quanto para a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE. Alguns fatores podem explicar tal comportamento: o reduzido crescimento do produto, abertura comercial indiscriminada, valorização cambial no período 1994 a 1998 e a aceleração da modernização tecnológica e organizacional em grande parte das indústrias aqui instaladas (Oliveira, 2010). A economia brasileira apresentou um intenso crescimento econômico durante quase todo o século XX. O período de maior dinamismo ocorreu entre 1930 e 1980. Nesse período, as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) aproximaram-se de 7% ao ano e, comparativamente ao restante do mundo, o Brasil foi um dos países que mais cresceu naquele século. O parque produtivo brasileiro, compreendendo complexa e diversificada planta industrial, já estava quase plenamente constituído ao final dos anos 1970 (Oliveira, 1996).

Esse processo de desenvolvimento brasileiro, desde 1930, foi alterando de maneira substantiva a composição do mercado de trabalho nacional. À medida que se avançava no processo de industrialização, não apenas o emprego industrial se expandia, mas também se consolidava um complexo de serviços públicos e privados, além dos tradicionais. O aprofundamento da industrialização e o rápido crescimento da economia, no período 1930/80, não viabilizaram uma maior estruturação do mercado de trabalho urbano nacional devido ao intenso fluxo migratório rural-urbano ocasionado pela ausência de uma reforma agrária e pela modernização da parcela do setor rural voltada principalmente para o mercado externo. O rápido assalariamento estabelecido a partir do setor moderno urbano foi incapaz de absorver tal fluxo migratório, fazendo com que o excedente da força de trabalho se inserisse no setor terciário tradicional.

Segundo Dedecca (2002):

As atividades consideradas modernas (capitalistas) mantinham relações tênues com as atividades atrasadas (sobrevivência), através do circuito de renda-consumo (...). As atividades capitalistas apareciam como um núcleo que tinha capacidade de se reproduzir ampliada e rapidamente, bem como de sustentar uma gama de atividades de baixa produtividade, na qual se inseria o excedente de força de trabalho com tradição recente no meio urbano. Esse processo era reforçado pela desfavorável distribuição de renda

que viabilizava a reprodução de formas de consumo que alimentava todo um conjunto de atividades de serviços pessoais e o emprego doméstico (Dedecca, 2002, p. 61).

Assim, o crescimento do moderno não significou o desaparecimento nem a desfuncionalidade do tradicional, ao contrário, a modernização se caracterizou, principalmente, pela função de transição ocupacional para aqueles oriundos do rural e dos trabalhadores que “rodavam pelo moderno” (Carvalho, 2004). O processo de desenvolvimento gerava maior heterogeneidade da estrutura produtiva e do mercado de trabalho, estando as atividades tradicionais subordinadas às modernas. Se, nos anos 1970, o crescimento do emprego no setor moderno conseguiu reduzir a dimensão do setor tradicional, com a crise da economia brasileira e mundial no final dos anos 1970 em diante, essa configuração de mercado de trabalho se alterou de maneira mais complexa (Dedecca, 1998).

A crise brasileira iniciada nos anos 1980 produziu não apenas taxas de desemprego maiores, mas também a perda de dinamismo da indústria, além de um forte processo de reestruturação desse setor. Isso significou, inicialmente, a incorporação, por parte do setor tradicional, dos desempregados do moderno, tornando-o uma espécie de “colchão amortecedor”. Posteriormente, como decorrência da reestruturação produtiva (subcontratação/terceirização), a configuração dual (moderno/atrasado) foi desfeita, pois nesse momento uma parcela do setor tradicional articulava-se com o moderno para atender ao objetivo da racionalização (redução de custo) desse setor, sem que a configuração da informalidade do tradicional fosse desfeita (Dedecca, 2002; Carvalho, 2004; Oliveira, 2010).

Pelo cenário descrito anteriormente, a construção de uma proposta metodológica, neste artigo, exige considerar, como propõe Dedecca (1998), a necessidade de abarcar a intensa complexidade do mercado de trabalho urbano e das novas categorias de inserção nesse mercado. Com esse objetivo, Dedecca (1998) propõe uma nova categorização das inserções no mercado de trabalho urbano, quais sejam: a) Grupo 1 (G1) – ocupações do setor moderno/formal, com predomínio do assalariamento nas relações de trabalho; b) Grupo 2 (G2) – ocupações do setor tradicional/informal articulado produtivamente com o Grupo 1; e c) Grupo 3 (G3) – ocupações do setor tradicional/informal, com o predomínio de trabalho não assalariado e que se articula com o G1 através do circuito da renda (Dedecca, 1998; Carvalho, 2004). O quadro a seguir apresenta em detalhes como foram definidos os grupos de inserção ocupacional dos mercados de trabalho metropolitanos a partir da metodologia e dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Quadro 1: Grupos de Inserção Ocupacional Não Agrícola – Mercado de Trabalho

População Economicamente Ativa (dez anos e mais)		
Desempregados		
Ocupados Urbanos		
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
<p>Setor Público Estatutários + outras formas de contratação de todos os setores de atividade</p> <p>Setor Privado:</p> <p>Empregador com 5 e + Empregados; Empregados C/C 5 e + Empregados: Indústria de Transformação Construção Civil Serv. Industriais de Util. Pública Terciário p/ Empresas Terciário p/ Comunidade Terciário p/ Pessoas</p> <p>Empregados S/C 5 e + Empregados: Indústria de Transformação Construção Civil Serv. Industriais de Util. Pública Terciário p/ Empresas Terciário p/ Comunidade Terciário p/ Pessoas</p>	<p>Empregador com até 5 Empregados; Empregados C/C com até 5 Empregados: Indústria de Transformação Serv. Industriais de Util. Pública Terciário p/ Empresas Terciário p/ Comunidade</p> <p>Empregados S/C até 5 Empregados: Indústria de Transformação Serv. Industriais de Util. Pública Terciário p/ Empresas Terciário p/ Comunidade</p> <p>Conta Própria que trabalha em local fixo – loja, etc. e Conta Própria que trabalha com equipamento automotivo: Indústria de Transformação Serv. Industriais de Util. Pública Terciário p/ Empresas Terciário p/ Comunidade</p>	<p>Empregado Doméstico Trabalhador sem rendimento (todos os setores)</p> <p>Conta Própria que trabalha em local fixo – loja, etc. e Conta Própria que trabalha com equipamento automotivo: Construção Civil Terciário para pessoas</p> <p>Conta Própria – Ambulante que trabalha no próprio domicílio ou em local determinado pelo empregador, ou no domicílio do empregador e outros Conta Própria (todos os setores de atividade)</p> <p>Empregados C/C até 5 empregados; Empregados S/C até 5 empregados; Empregador com até 5 empregados: Construção Civil Terciário para Pessoas</p>
Outros Ocupados/renda ignorada		

Fonte: Elaboração própria e versão modificada de Dedecca, 1998.

Essa categorização, segundo Dedecca (1998), se aproxima das inovações introduzidas pela PNAD para os anos 1990, e essa metodologia “parte de dois vetores de análise (...) o primeiro vincula as relações de produção com as relações de trabalho” (Dedecca, 1998, p. 3), ou seja, os melhores postos vinculam-se ao setor moderno/capitalista (grande empresa e setor público) e os precários, ao tradicional (emprego doméstico, ambulantes, entre outros); e o segundo contempla “um conjunto de variáveis que possam informar características próprias da ocupação, que visam obter algum indicador de disfunção entre a ocupação exercida e as características individuais ou os resultados obtidos com a atividade produtiva (rendimento)” (Dedecca, 1998, p. 4).

Abrindo a possibilidade de cruzamentos entre os três grupos e os setores de atividade econômica, essa análise torna-se ainda mais enriquecedora quando opta por reclassificar o setor de serviços segundo a sua própria demanda, subdividindo-o em três

categorias: a) serviços prestados à comunidadeⁱ; b) serviços prestados às empresasⁱⁱ; e c) serviços pessoaisⁱⁱⁱ (Montagner & Dedecca, 1992; Carvalho, 2004). Os cruzamentos derivados dessa metodologia nos permitem delinear com muito mais riqueza de detalhes os impactos da reestruturação produtiva e das políticas públicas sobre a (re) configuração dos mercados de trabalho metropolitanos. Dessa maneira, a breve discussão sobre reestruturação produtiva, ressaltando a terceirização, e os impactos sobre os mercados metropolitanos de trabalho serão assim considerados:

- a) a racionalização do setor industrial e da construção amplia o número de ocupados destes setores no G2, e esse processo será mais intenso quanto menor for o crescimento do PIB e maior a valorização da taxa de câmbio (exceto o da construção);
- b) se houver expansão dos ocupados do “serviços às empresas” no G2, podemos considerar como resultante do processo de reestruturação/racionalização e/ou do reduzido crescimento do PIB. Assim, se num determinado período de maior crescimento do produto houver expansão dos ocupados desse subsetor, poderemos considerar como *proxy* da racionalização em curso;
- c) o baixo crescimento, estagnação ou mesmo redução do PIB indicam limites de absorção dos ocupados no G3;
- d) a polarização do mercado de trabalho ocorrerá de maneira mais intensa quando houver crescimento relativo de ocupados no G2 e G3.

Neste artigo, optamos pelo uso da PNAD devido a algumas vantagens oferecidas por essa base: periodicidade, o que permite acompanhamento mais detalhado do comportamento das variáveis; apesar de ser amostral, ela permite inferir mais amplamente sobre o mercado de trabalho comparativamente a outras bases (a RAIS, como exemplo, não abarca o trabalho informal); relativa estabilidade na metodologia de coleta dos dados, quando contemplamos dados dos anos 1990 para cá. A periodicidade aqui selecionada - de 1995 a 2007- se justifica por ser um período sem hiperinflação, com mudanças econômicas muito mais intensas (aceleração da abertura comercial, valorização da taxa de câmbio, menor crescimento médio do PIB, maiores restrições fiscais por parte do setor público, notadamente até 2005, entre outras). Vale ressaltar que o ano de 2007 foi o último disponível quando se organizou essa base de dados. Os dados referentes aos rendimentos da PNAD foram inflacionados/deflacionados segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE para as duas regiões metropolitanas, pois a metodologia de cálculo desse índice é comum às regiões metropolitanas aqui analisadas.

2 A matriz de inserção ocupacional dos mercados de trabalho das regiões metropolitanas

Esta seção apresenta a análise dos impactos da reconfiguração das atividades econômicas (terceirização) sobre os mercados de trabalho das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, no período de 1995 a 2007. Para a viabilização desse estudo, essa seção discute, inicialmente, a distribuição dos ocupados segundo classes de atividade econômica para as pessoas com dez anos e mais e inseridas nesses dois mercados de trabalho. Posteriormente apresentam-se os rendimentos dos ocupados segundo as mesmas classes de atividade. Por fim, discute-se a matriz de inserção dos grupos ocupacionais correlacionados aos setores de atividade econômica, sempre no período 1995 a 2007 e para as regiões metropolitanas citadas anteriormente.

Segundo a tabela 1, a seguir, entre 1995 e 2003, percebe-se, para a RMBH, uma redução da participação relativa nos setores da indústria de transformação e da construção civil e crescimento do setor de serviços. A expansão desse setor decorreu do crescimento dos serviços prestados à comunidade e às empresas. Entre 2003 e 2007 e ainda considerando a RMBH, constata-se um significativo crescimento da indústria de transformação, a recuperação da construção civil e uma redução da participação relativa de todos os subsetores dos serviços. Considerando o período de 1995 a 2007, a indústria de transformação cresceu, a construção civil e os serviços diminuíram. Nesse setor, o subsetor empresas apresentou expressivo crescimento e o de pessoas, uma significativa redução, no caso da RMBH. Considerando a RMS, percebem-se algumas diferenças comparativamente à RMBH. Como já apresentado anteriormente, a participação dos ocupados na indústria de transformação da RMS é menor comparativamente ao da RMBH para qualquer ano aqui considerado. É importante destacar que a variação percentual de ocupados na indústria em Salvador, no período de 1995 a 2007, foi menor comparativamente à RMBH, apresentando um ligeiro crescimento de 0,5 ponto percentual nesse período. A construção civil também apresentou relativa estabilidade no período de 1995 a 2007. As maiores alterações ocorreram na distribuição dos ocupados entre os subsetores do setor de serviços, com destaque para o forte crescimento na ocupação do terciário – empresas e o inverso, forte redução da ocupação do terciário – pessoas, para a RMS, considerando o período 1995 a 2007. Nesta região, o terciário – comunidade apresentou uma leve redução na participação relativa sobre o total de ocupados, conforme a tabela a seguir. Por fim, cabe destacar que a participação relativa do setor de serviços na ocupação total é superior na RMS comparativamente à RMBH; a maior contribuição dessa diferença cabe ao subsetor “pessoas”, com um percentual mais elevado na região de Salvador comparativamente à região de Belo Horizonte em toda a série aqui considerada. O terciário – empresas, em

ambas as regiões, apresentou expressivo crescimento em todo o período, sendo este um subsetor relevante na análise, pois detecta parcialmente o processo de terceirização viabilizado pelas transformações da organização do setor industrial e de serviços. Outro setor relevante é o terciário – pessoas, pois apresenta, em geral, níveis de informalidade superiores aos dos demais setores e subsetores, pois neste estão incluídos os contra-própria/autônomos, domésticos, entre outros. A matriz industrial da RMS apresenta subsetores muito intensivos em tecnologia, tais como o petroquímico, o qual pode influenciar num menor percentual de ocupados na indústria. Já o terciário – pessoas é o típico setor onde se insere a maior parcela da informalidade nos mercados de trabalho, decorrência de múltiplos fatores, seja da insuficiência de postos no setor moderno, do rápido processo migratório campo-cidade, entre outros. A forma de articulação desse subsetor ocorre pelo circuito de renda-consumo (Souza, 1980; Dedecca, 1998; Oliveira, 2010) e pelas próprias características de estruturação (baixa qualificação da mão-de-obra, baixa intensidade de uso de capital, entre outros fatores), absorve grande parcela da população economicamente ativa, e os rendimentos dependem do comportamento do rendimento do setor moderno. Novamente é pertinente lembrar que, no período mais recente, as regiões metropolitanas estão apresentando um importante crescimento do setor industrial, além de uma incipiente recuperação da construção civil. Como o setor industrial é menos desigual no tocante à renda comparativamente ao setor de serviços, esse desempenho pode favorecer na redução da desigualdade de renda nesses dois espaços metropolitanos.

Tabela 1: Distribuição percentual dos ocupados, segundo classes de atividade para pessoas com 10 anos ou mais e economicamente ativas nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador – 1995/2007

Classes de Atividade	Belo Horizonte							Salvador						
	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007
Agricultura	2,9	3,7	3,3	3,7	4,2	3,3	3,3	2,9	2,1	2,7	1,6	1,9	2,3	1,8
Indústria Transformação	15,6	16,7	15,0	15,0	14,8	15,5	17,1	9,4	9,4	8,6	9,0	9,5	9,7	9,9
Indústria de Construção	10,0	11,2	10,3	8,9	8,7	8,0	9,2	8,4	8,7	8,0	9,1	8,6	9,6	8,3
Serviços (3º)	71,2	68,1	70,8	72,2	72,3	73,2	70,4	78,5	79,7	80,3	79,5	80	78,5	79,9
Comunidade	15,6	15,7	16,9	17,4	17,1	18,0	18,2	19,0	19,4	19,9	17,8	18,1	18,5	18,4
Empresas	15,3	13,8	14,7	15,8	19,0	18,0	18,7	12,4	15,9	15,4	15,3	18,2	19,4	19,4
Pessoas	40,3	38,6	39,2	39,0	36,2	37,2	35,5	47,1	44,4	45,0	46,4	43,7	42,6	42,1
Outras	0,4	0,4	0,6	0,3	0,0	0,0	0,0	0,9	0,2	0,5	0,8	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Oliveira, 2010.

Os rendimentos reais médios das classes de atividades discutidas na tabela anterior estão apresentados a seguir. O desempenho do rendimento real médio das classes de atividades apresenta uma quase contínua redução entre os anos de 1995 a 2003, para quase todas as atividades das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. Desse momento em diante, o rendimento real começa a se recuperar em ambas as regiões. Na RMBH, as mais expressivas reduções percentuais dos rendimentos das classes de

atividades, entre 1995 e 2003, foram, respectivamente, em ordem decrescente, dos subsetores terciário - empresas e pessoas e a indústria de transformação. Nesse mesmo período, as mais expressivas reduções na RMS foram, também em ordem decrescente, do terciário – empresas, indústria de transformação e a construção civil. Considerando toda a série (1995 a 2007) e excluindo dessa análise a agricultura, as únicas reduções do rendimento real médio para as duas regiões metropolitanas foram as da indústria de transformação e do terciário – empresas. Em sentido inverso, as maiores elevações do rendimento foram da construção civil e terciário – pessoas, para a RMBH, e construção civil e terciário – comunidade para a RMS. Percebem-se aqui, claramente, os semelhantes comportamentos entre a indústria de transformação e o terciário – empresas, seja no tocante à variação do nível ocupacional (tabela anterior), seja na variação do rendimento no período.

Tabela 2: Valor do rendimento real médio no trabalho principal dos ocupados e economicamente ativos de 10 anos e mais, segundo classes de atividade nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador – 1995/2007

Regiões	Classes de Atividade	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007
Belo Horizonte	Agricultura	303,4	133,8	131,6	227,8	128,1	170,3	246,2
	Indústria Transformação	1060,5	1279,3	911,2	1004,4	876,3	886,4	1001,4
	Indústria Construção	721,1	756,4	756,9	667,0	672,6	752,7	813,1
	3º - Comunidade	1496,4	1644,3	1506,2	1371,0	1484,7	1449,7	1546,2
	3º - Empresas	1601,5	1667,3	1500,8	1396,6	1189,5	1281,6	1458,2
	3º - Pessoas	730,3	726,6	640,3	647,4	579,4	674,4	763,3
	Total	1021,4	1072,8	945,6	928,9	883,3	945,8	1048,1
Salvador	Agricultura	352,8	322,5	253,0	238,8	461,0	411,1	255,5
	Indústria Transformação	1230,1	1410,0	1139,7	1048,9	819,0	1016,9	1041,6
	Indústria Construção	672,3	887,5	672,5	696,9	544,5	622,4	808,7
	3º - Comunidade	1302,3	1477,7	1178,4	1296,3	1112,5	1174,4	1476,4
	3º - Empresas	1463,5	1724,5	1455,6	1296,6	975,3	929,2	1066,7
	3º - Pessoas	552,0	616,1	519,0	538,3	520,7	519,1	584,7
	Total	881,0	1056,0	851,0	840,5	739,6	768,6	900,7

Fonte: Oliveira, 2010. Valores inflacionados pelo IPCA (IBGE) e referentes ao mês de outubro de 2008.

A tabela 3 apresenta a matriz de inserções setoriais para as duas regiões metropolitanas analisadas. A interseção entre os setores de atividade econômica (indústria de transformação e da construção civil mais o setor de serviços reclassificado) e os grupos de inserção ocupacionais está apresentada em valores absolutos para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, nos anos de 1995, 2001 e 2007. Essa análise foi dividida em dois períodos distintos. O primeiro, de 1995 a 2001, com um início bastante favorecido com a entrada do Plano Real em 1994, com a economia brasileira apresentando crescimento robusto e ainda não se sentindo totalmente os efeitos da ampla abertura comercial, da forte apreciação cambial e das restrições fiscais. O ano de 2001, ao contrário, apresentou fraco desempenho econômico, resultante da crise energética desse mesmo ano, do baixo desempenho do setor industrial (na década de 1990 e início da atual, o emprego industrial não se alterou em termos absolutos e a cadeia produtiva se empobreceu bastante

tecnologicamente), da restrição fiscal do setor público, entre outros fatores. O segundo período, de 2001 a 2007, apresentou um crescimento maior comparativamente ao primeiro. Particularmente o ano de 2007, pode-se afirmar que o desempenho econômico foi bastante favorável, com forte crescimento do nível do investimento, da produção e emprego, em todos os setores de atividade econômica, com impactos extremamente favoráveis em termos de formalização dos contratos de trabalho. Quanto à matriz propriamente dita, percebe-se que a RMBH apresenta maior participação relativa do G1 nos dois grandes setores de atividade (secundário e terciário) comparativamente à RMS, em qualquer período aqui contemplado, ou seja, o grupo considerado moderno e formal do núcleo dinâmico de acumulação capitalista é proporcionalmente maior na RMBH. Numa análise comparativa entre grandes setores, percebe-se que o secundário apresenta maior percentual de moderno (G1) comparativamente ao terciário para as duas regiões metropolitanas. Considerando o secundário, a indústria de transformação é o subsetor mais moderno e a indústria da construção civil apresenta maior participação relativa do tradicional/informal (G3), ressaltando que este último subsetor não apresenta o informal articulado ao moderno (G2)^{iv}. No tocante ao terciário, os subsetores comunidade e empresas apresentam maiores percentuais de moderno comparativamente ao terciário - pessoas, enquanto que os três subsetores apresentam percentuais distintos entre as duas regiões metropolitanas aqui contempladas, com destaque para o subsetor pessoas da RMS, com elevado percentual de ocupados no tradicional/informal. Aliás, esse subsetor se caracteriza por ser o de maior inserção de ocupados no grupo informal, para as duas regiões metropolitanas e para o contexto brasileiro em termos gerais (Dedecca, 1998; Carvalho, 2004).

Tabela 3: Matriz de inserções setoriais e ocupacionais não agrícolas e da população de 10 anos e mais e economicamente ativa- regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador – 1995/2007

RMs	Classe de Atividade	1995			2001			2007		
		G 1	G 2	G 3	G 1	G 2	G 3	G 1	G 2	G 3
Belo Horizonte	Secundário	288155	37054	101401	312137	38602	126771	387467	61634	223533
	Indústria Transformação	211797	37054	10766	237107	38602	24043	296666	61634	79301
	Indústria Construção	76358	(*)	90635	75030	(*)	102728	90801	(*)	144232
	Terciário	410866	102401	432089	532851	126006	490235	776150	135993	551422
	Comunidade	88862	20529	9506	96878	32045	12017	129849	29992	27529
	Empresas	124435	81872	24529	173732	93981	38248	317214	106001	38158
	Pessoas	217569	(*)	398054	282241	(*)	439970	329087	(*)	487735
	Total	899021	139455	533490	844988	164608	617006	1163617	197627	774955
Salvador	Secundário	120211	17079	60416	136293	21759	83403	167691	24174	98687
	Indústria de Transformação	72815	17079	12404	77213	21759	20480	104829	24174	28356
	Indústria Construção	47396	(*)	48012	59080	(*)	62923	62862	(*)	70331
	Terciário	277229	56544	380788	370718	71470	427919	507513	82414	469694
	Comunidade	53293	17286	7731	73167	18346	8745	102201	16918	13845
	Empresas	77297	39258	9356	119674	53124	20486	204197	65496	26816
	Pessoas	146639	(*)	363701	177877	(*)	398688	201115	(*)	429033
	Total	397440	73623	441408	507011	93229	511962	675204	106588	568381

Fonte: Oliveira, 2010. (*): quadrante inexistente por critério de construção metodológica.

A tabela 4, gerada a partir da tabela 3, apresenta as variações percentuais, para os períodos de 2001/1995 e 2007/2001, da matriz de inserções setoriais e ocupacionais nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. As primeiras análises indicam que o crescimento percentual dos grupos difere entre as regiões nos dois períodos considerados. Enquanto na RMBH o período 2001 a 2007 apresentou uma taxa de crescimento dos grupos acima de 30%, no anterior tal taxa ficou abaixo de 20%; já na RMS, as taxas de crescimento dos grupos apresentaram valores muito próximos entre os dois períodos, a saber: 21,9% e 21,4%, respectivamente aos períodos de 2001/1995 e 2007/2001. Discutindo a soma dos grupos por setores de atividade econômica, o secundário apresentou crescimento acima do terciário no período de 2007/2001 para a RMBH e no período de 2001/1995 para a RMS. Como já destacado anteriormente, o crescimento do secundário ocorreu com taxas mais elevadas do G2 e G3 comparativamente ao G1 nas duas regiões metropolitanas; a única exceção ocorreu para a RMS no período de 2007/2001, com o G1 crescendo mais do que os demais. A indústria de transformação cresceu bem mais no período mais recente nas duas regiões metropolitanas, e o destaque negativo é que o crescimento do G3 dessa indústria foi sempre superior ao do G1 nas duas regiões e nos dois períodos analisados. Por se tratar de um setor afeito à concorrência estrangeira, constata-se que a maior abertura comercial, a valorização cambial, as elevações tributárias, entre outros fatores que ocorreram no período aqui contemplado, intensificaram significativamente essa concorrência, e uma das reações da indústria foi rebaixar custos via externalização, ou terceirização, de parcelas do processo produtivo, ampliando, dessa maneira, os grupos 2 e 3 dessa indústria (Oliveira & Carvalho Neto, 2002).

Quanto ao setor terciário, observa-se que, nos dois períodos, houve maior crescimento do G1 comparativamente aos dois outros grupos, e no período mais recente, essa diferença se acentuou ainda mais, com o G1 crescendo a taxas mais elevadas que no período 2001/1995 nas duas regiões metropolitanas. A análise dos subsetores do terciário indica que o melhor desempenho em termos de taxa de crescimento coube ao terciário - empresas. O terciário - comunidade cresceu de forma diferenciada nos dois períodos e contrastou bastante com os outros dois subsetores do terciário, pois no primeiro (2001/1995) o G1 cresceu mais que o G3 nesse subsetor, e no período posterior foi o G3 que cresceu bem mais que o G1 nas duas regiões. Ou seja, esse foi o subsetor que desenvolveu mais o tradicional/informal, justamente no momento de maior crescimento da formalização nos dois mercados de trabalho. O terciário - pessoas foi o que apresentou o menor crescimento nas duas regiões metropolitanas. Embora pequeno, esse crescimento aconteceu com maior formalização. Isso é extremamente positivo, pois o terciário - pessoas é o maior entre todos os setores de atividade econômica das duas regiões metropolitanas.

Tabela 4: Variação percentual do crescimento ocupacional da matriz de inserções setoriais e ocupacionais não agrícolas e da população de 10 anos e mais e economicamente ativa – regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador – 1995/2007 (variação percentual)

Regiões	Classe de Atividade	Variação % 2001/1995				Variação % 2007/2001			
		G 1	G 2	G 3	Total	G 1	G 2	G 3	Total
Belo Horizonte	Setor secundário	8,3	4,2	25,0	11,9	24,1	59,7	76,3	40,9
	Indústria de Transformação	12,0	4,2	123,3	15,5	25,1	59,7	229,8	46,0
	Indústria Construção	-1,7	(*)	13,3	6,4	21,0	(*)	40,4	32,2
	Setor terciário	29,7	23,1	13,5	21,6	45,7	7,9	12,5	27,4
	Comunidade	40,7	56,1	26,4	42,5	34,0	-6,4	129,1	32,9
	Empresas	39,6	14,8	55,9	32,5	82,6	12,8	-5,5	50,2
	Pessoas	20,5	(*)	10,5	14,1	25,5	(*)	10,9	16,3
Total	20,9	18,0	15,7	18,6	37,7	20,1	25,6	31,3	
Salvador	Setor secundário	13,4	27,4	38,0	22,1	23,0	11,1	18,3	20,3
	Indústria de Transformação	6,0	27,4	65,1	16,8	35,8	11,1	38,5	31,7
	Indústria Construção	24,7	(*)	31,1	27,9	6,4	(*)	11,8	9,2
	Setor terciário	33,7	26,4	12,4	21,8	36,9	15,3	9,8	21,8
	Comunidade	37,3	6,1	13,1	28,0	39,7	-7,8	58,3	32,6
	Empresas	54,8	35,3	119,0	53,5	70,6	23,3	30,9	53,4
	Pessoas	21,3	(*)	9,6	13,0	13,1	(*)	7,6	9,3
Total	27,6	26,6	16,0	21,9	33,2	14,3	11,0	21,4	

Fonte: Oliveira, 2010. (*): quadrante inexistente por critério de construção metodológica.

A análise sobre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador nas décadas de 1990 e atual apresenta alguns resultados importantes. A partir dos dados da PNAD constatou-se que após um período de crescente desemprego, informalização e precarização do trabalho, nos anos 1990, essa primeira década do século XXI recuperou a capacidade de gerar e formalizar empregos nas duas regiões (Oliveira, 2010). Quanto ao desempenho dos grupos ocupacionais, percebe-se que o moderno (G1) cresceu mais que os grupos tradicional (G3) e o articulado ao G1 (G2) nas duas regiões, ressaltando que esse crescimento foi muito superior na atual década. O peso relativo do grupo tradicional é maior na região de Salvador que na de Belo Horizonte. Outra constatação importante se refere ao desempenho do G2, o grupo tradicional articulado produtivamente ao G1. Com exceção da RMBH no período 2001 a 2007, o G2 cresceu mais que o G3 na RMBH no período 1995 a 2001 e na RMS nos dois. Isso significa que as empresas, industriais ou mesmo de serviços, dessas regiões estão utilizando o expediente da terceirização enquanto estratégia de reestruturação produtiva. Outra característica importante a ser ressaltada se refere ao desempenho do grupo tradicional (G3), pois como se trata de um grupo que depende dos demais enquanto circuito de renda-consumo, e como o desempenho desse grupo ficou aquém dos demais, pode-se deduzir que a renda dos grupos 1 e 2 não se recuperou a ponto de viabilizar uma maior expansão ocupacional do grupo tradicional não articulado produtivamente ao moderno.

No tocante à matriz de inserção ocupacional (cruzamento dos grupos ocupacionais com os setores de atividade econômica) percebe-se que o terciário - empresas foi o subsetor que apresentou a maior variação percentual de crescimento nas duas regiões. O crescimento desse subsetor ocorreu com maior expansão do grupo tradicional na década de 1990 e, na década atual, com o grupo moderno. No período mais recente a taxa de crescimento do grupo moderno do terciário - empresas foi bastante expressiva e denota o

crescimento de um terciário que há muito não ocorria no contexto brasileiro, notadamente em duas metrópoles. Essa constatação difere dos valores encontrados por Carvalho (2004), pois esse autor constatou, para a década de 1990, um terciário que não se “modernizava” (Oliveira, 2010).

Nas duas regiões o desempenho da indústria de transformação ocorreu de forma semelhante. Na metade final da década de 1990 as ocupações desse setor cresceram menos que os dos demais, sendo que na atual década o crescimento foi superior. Quando se cruza a ocupação da indústria com os grupos ocupacionais, percebe-se uma avaliação não favorável, pois parte desse crescimento ocorreu mais aceleradamente no grupo tradicional, tornando esse setor menos “moderno”. A indústria de transformação é um setor bastante sensível à concorrência local e estrangeira e, nesse sentido, baixo crescimento do PIB, restrição ao investimento público e privado, políticas que favoreçam a valorização cambial, significam forte necessidade de redução de custos (Oliveira, 2010).

O grupo 2, o tradicional articulado produtivamente ao moderno (G1), é o de menor peso relativo comparativamente aos demais grupos. Quanto ao desempenho deste grupo por setores de atividade econômica, algumas observações são importantes. Inicialmente é relevante frisar que é o menor grupo ocupacional e, quando se considera a inserção desse na indústria de transformação, percebem-se comportamentos distintos entre as regiões. Na RMBH o maior crescimento do G2 industrial ocorreu entre 2001 e 2007, embora se esperasse que isso deveria ter ocorrido entre 1995 a 2001, pois o baixo crescimento seria um estímulo maior para as empresas “terceirizarem”. Esse “comportamento esperado” ocorreu na RMS. Quanto ao G2 do subsetor terciário - empresas, pode-se constatar que o crescimento foi pequeno em ambas as regiões, sendo que o desempenho foi maior no período 1995 a 2001, como seria de supor. Por fim, o período 2001 a 2007 sinalizou um processo efetivo de recuperação, porém com desequilíbrios setoriais importantes, ou seja, a indústria apresentando uma incapacidade de se recuperar qualitativamente quando se considera a análise por grupos ocupacionais, e o setor de serviços apresentando uma melhora vigorosa nas duas metrópoles.

O período aqui considerado demonstra dois momentos qualitativos diferentes. Destaca-se que a terceirização industrial e de serviços não foi significativa no período, e na atual década o setor de serviços desenvolveu seu segmento mais moderno, seja no atendimento às demandas empresariais, seja no de atendimento às demandas sociais. Essa modernização associada às melhorias das políticas sociais no período e ao maior crescimento do PIB favoreceu uma redução da desigualdade da renda, tanto em termos nacionais, quanto nas duas regiões aqui analisadas. Portanto não se pode falar em polarização socioeconômica dessas metrópoles (Oliveira, 2010).

Bibliografia

- CACCIAMALI, M. C. Política social e reforma laboral no Brasil. Os desafios dos sindicatos sob o governo Lula. **Relaciones Laborales**, Montevideo, v. 7, p. 64-82, 2005.
- CARVALHO, M. S. **Absorção de mão-de-obra no setor de serviços brasileiro dos anos 90**. Dissertação de Mestrado . Campinas: UNICAMP, IE, 2004.
- DEDECCA, C. S. Reorganização econômica e mercado de trabalho no Brasil. In: **Anais do III Congresso de Economistas da Língua Portuguesa**, Macau, 1998.
- DEDECCA, C.S. **Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, Mimeo, 1999.
- DEDECCA, C. S. Reorganização Econômica, Absorção de Mão-de-Obra e Qualificação In: **Revista de Economia Política**, vol. 22, n. 2 (86), abril/junho, 2002.
- DEDECCA, C. S. & MANTAGNER, P. Crise econômica e desempenho do terciário, **Revista da Fundação SEADE**, vol. 6 nº3, jul/set. S. Paulo, 1992.
- OLIVEIRA, A. **A modernização da indústria de autopeças mineira e seu impacto sobre o emprego e as relações de trabalho**. 1996. **Dissertação de Mestrado**. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- OLIVEIRA, A. M. Impacto da Automação sobre o Emprego e as Relações de Trabalho em Empresas de Autopeças em Minas Gerais. In: **VI Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET**, Belo Horizonte, 1999.
- OLIVEIRA, A. M. Impactos da reconfiguração das atividades econômicas sobre os mercados de trabalho nas metrópoles de Belo Horizonte e Salvador. Campinas: IE – UNICAMP. Tese de Doutorado, 2010.
- OLIVEIRA, A M & CARVALHO NETO, A. Análise do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte no período de 1995 a 2001. In: **XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto/MG, 2002.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED). Belo Horizonte: CEE/FPJ/DIEESE. Salvador: SEI/DIEESE, 2009.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD), Rio de Janeiro, IBGE, vários anos.
- SOUZA, P.R. **A determinação do emprego e dos salários em economia atrasadas**, IFCH-Unicamp (Tese de Doutorado), Campinas, 1980.

ⁱ Serviços à Comunidade, ou Terciário Comunidade, se referem aos serviços de utilidade pública, comunitários e sociais, médicos e odontológicos e de ensino, além dos serviços referentes à administração pública, à defesa e segurança.

ⁱⁱ Serviços às Empresas, ou Terciário Empresas, se referem aos serviços de comércio e mercadorias, instituições de crédito, transporte e comunicações, comércio de imóveis e outros duráveis, de alojamento e alimentação, serviços técnicos e profissionais e de reparação e conservação – sempre com foco na oferta de serviços ao produtor.

ⁱⁱⁱ Serviços Pessoais, ou Terciário Pessoas, se referem aos serviços de comércio de mercadorias, de transportes. Comércio de imóveis e de outros duráveis, de alojamento e alimentação, de reparação e conservação, serviços pessoais, domiciliares e de diversão – sempre com enfoque na oferta de serviços aos indivíduos.

^{iv} Por se tratar de um subsetor mais intensivo em trabalho, o critério de até cinco e de mais de cinco empregados com e sem carteira de trabalho e os empregadores desse subsetor tornam a indústria da construção civil classificável em apenas dois grupos de inserção ocupacional: o moderno e o tradicional, ou G1 e G3.